MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: IMPASSES E POSSIBILIDADES

Regina Célia Bega dos Santos[1]

1. Os novos movimentos sociais e as relações entre subjetividade e cidadania

O conceito de cidadania, construído juntamente com o capitalismo pelas revoluções sociais e burguesas principalmente nos séculos XVII e XVIII, ao ser reapropriado contemporaneamente sob a forma de apelo reivindicativo, demonstra a dificuldade de se encontrar ou de se compreender as contradições contemporâneas. Cidadania pode estar se transformando em uma *palavra-mito,* com uma força simbólica desproporcional ao seu significado conceitual, como se tivesse vida própria para redimir as relações de exclusão social .[2]

Nos países centrais, a *cidadania cívica e política*, relacionada às garantias de direitos cívicos universais, apoiados nas instituições do direito moderno e do sistema judicial que o aplica e de direitos políticos, como o de votar e de ser votado, evolui para a *cidadania social*, isto é, a conquista de significativos direitos sociais quanto às relações de trabalho, de segurança social, de saúde, de educação e de habitação.

Os direitos sociais, contudo, só se desenvolveram plenamente depois da Segunda Guerra Mundial. Contemporaneamente, com o neoliberalismo, a *cidadania social*, mesmo nos países mais desenvolvidos, foi enfraquecida. Claro que isto precisa ser muito bem contextualizado, pois enquanto nesses países, houve a perda de alguns direitos tradicionalmente adquiridos, nos

[1] Universidade Estadual de Campinas
rcsantos@ige.unicamp.br
[2]DOIMO, Ana Maria – *A vez e a Voz do Popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS.1995 p. 219.

países mais pobres, não se trata propriamente de perder direitos, mas sequer de chegar a conquistá-los.

A concessão de direitos sociais significou a integração política da classe trabalhadora no Estado capitalista levando, contraditoriamente, profundamento da regulação em detrimento da emancipação, produzindo uma maior legitimação do Estado capitalista, que se tornou mais hegemônico do que nunca, no mundo contemporâneo. Os laços de solidariedade horizontais, presentes nas comunidades ou desenvolvidos pela classe trabalhadora, foram substituídos por relações políticas verticais entre cidadão e Estado.

Com isso, agravou-se a tensão entre dois pólos, o da subjetividade e o da cidadania. Embora, com o alargamento da cidadania, haja teoricamente maiores possibilidades de desenvolvimento da subjetividade, a qual nos países centrais transformou-se em individualismo, de acordo com Boaventura Santos.

"A segurança da vida quotidiana propiciada pelos direitos sociais tornou possível vivências de autonomia e de liberdade, de promoção educacional e de programação das trajectórias familiares, que até então tinham estado vedadas ás classes trabalhadoras." [3] A argumentação desenvolvida a seguir, pelo autor relativiza um pouco estas possibilidades, ao considerar que *"aumentou o peso burocrático e a vigilância controladora sobre os indivíduos, sujeitando-os às rotinas da produção e do consumo; criou um espaço urbano desagregador e atomizante, destruidor das solidariedades das redes sociais de interconhecimento e de entreajuda; promoveu uma cultura mediática e uma indústria de tempos livres que transformou o lazer em um gozo programado, passivo e heterônomo, muito semelhante ao trabalho."* [4]

[3]SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez, 1999, p. 245.

[4] Idem.

Nos países centrais, a partir do final dos anos sessenta, este processo histórico de desenvolvimento da cidadania social começou a ser alterado. Dois fenômenos basicamente foram responsáveis por essa transformação: a crise *do Estado-Providência* e o movimento estudantil de 1968.

Politicamente falando, este regime foi traduzido na *social-democracia*, que produziu transformações socializantes no capitalismo dos países centrais: isto é, em países da Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Canadá, basicamente. O resultado disso foi a integração social e política do operariado no capitalismo, enfraquecendo os movimentos operários de contestação ao sistema político.

A crise, além de econômico-política, teve também uma dimensão político-cultural: a revolta da subjetividade contra a cidadania, da subjetividade pessoal e solidária contra a cidadania atomizante e estatizante.

O Estado do Bem Estar Social transformou a solidariedade social em uma prestação de serviços burocrática. *"A representação democrática perdeu o contato com os anseios e as necessidades da população representada e fez refém de interesses corporativos poderosos. Com isso, os cidadãos alhearam-se da representação sem, no entanto, terem desenvolvido novas formas de participação política, exercitáveis em áreas políticas novas e mais amplas."* [5] Com isso, as energias emancipatórias do operariado foram desviadas para a gestão zelosa do capitalismo. Foi justamente com a bandeira **contra** os *ganhos em cidadania* (garantia das condições necessárias para a reprodução social) que se converteram em *perda de subjetividade* que o movimento estudantil europeu se levantou em 1968. O argumento era o de que *não se criou autonomia e liberdade, mas sim dependência* em relação ao Estado-Providência burocrático

[5] Ibidem, p. 249.

e às rotinas do consumo. O movimento feminista também auxiliou nesta conscientização, salientando a dimensão produtiva da reprodução social, através do trabalho doméstico em substituição ao enfoque meramente econômico.

Para Boaventura Santos, o movimento estudantil dos anos sessenta foi o grande articulador da crise político-cultural do fordismo. Em primeiro lugar porque, opôs ao produtivismo e ao consumismo uma ideologia anti-produtivista e pós-materialista. Em segundo lugar, porque enfatizou a luta por maior participação política, identificando as múltiplas opressões do cotidiano, tanto no nível da produção (trabalho alienado) como no da reprodução social (família burguesa, autoritarismo na educação, monotonia do lazer, dependência burocrática). Em terceiro lugar, porque neste processo foram emergindo os chamados **novos sujeitos sociais** no lugar da hegemonia operária, nas lutas pela emancipação social.

Porém, o triunfo ideológico da subjetividade sobre a cidadania colaborou para instituir nesses países e também em outros, periféricos ou semi-periféricos, uma nova cultura política, sem a qual não se pode entender os movimentos sociais das décadas seguintes. [6]

A emancipação, conquistada pela vitória da subjetividade sobre a cidadania, para alguns autores não é política, mas é antes de tudo pessoal, social e cultural. Luta-se pela *democracia participativa*, diferentemente dos velhos movimentos que lutavam pela cidadania, na *democracia representativa*. Os protagonistas não são as classes sociais, mas grupos sociais, ora maiores, ora menores, com interesses coletivos e algumas vezes muito localizados.

As formas de exclusão e de opressão contra as quais lutam não podem ser abolidas simplesmente com a concessão de direitos, pois as suas exigências não se limitam aos direitos abstratos e universais; exigem uma

[6] SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit., pp. 245-250.

transformação profunda dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais. Podem lutar pela abertura de uma creche, ou escola, pela construção de uma ponte, mas também pelo fechamento de uma usina nuclear, contra os produtos transgênicos... São movimentos que ocorrem na dimensão da sociedade civil e não na do Estado, do qual procuram se manter distantes, o mesmo ocorrendo em relação aos partidos políticos e aos sindicatos tradicionais.

- **A impureza dos movimentos sociais**

Na América Latina os movimentos sociais não são puros ou claramente definidos, dada a complexidade de situações. Assim movimentos *velhos*, como os relacionados às condições de reprodução da força de trabalho, ou seja, de satisfação das necessidades básicas (creches, postos de saúde, educação, moradia) podem trazer reivindicações *novas*, como as relacionadas ao feminismo, ecologia ou etnia. Isto é, movimentos *pós-materialistas e culturais*, convivem com os movimentos relacionados à sobrevivência imediata, numa espécie de entrelaçamento de orientações: classistas, políticas, culturalistas e da vida cotidiana, por exemplo.

O importante a ressaltar é que, de fato "não existe movimento social puro ou claramente definido". Talvez aí esteja a diferença entre os *novos* e os *velhos* movimentos sociais, segundo Boaventura Santos – a *impureza*. Por isso eles não podem ser explicados por uma teoria única.

Para este autor a novidade não reside na recusa à política, mas no *alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e sociedade civil,* mesmo porque, a distinção entre Estado, mercado e sociedade civil é mais aparente que real, havendo uma interpenetração entre Estado e as relações sociais de produção. Portanto, invocar o princípio do estado contra o princípio do mercado,

pode ser uma armadilha da radicalidade fácil, *que transforma o que existe, no que já existe.*

Boaventura Santos parte do conceito de *comunidade,* que pode fundar energias emancipatórias, a partir de relações políticas horizontais entre os cidadãos e de participação e de solidariedade concretas, para a formulação da vontade geral. São estas as possibilidades que vê para fundar uma nova cultura política e uma nova qualidade de vida pessoal, baseadas na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil.

A politização do social, do cultural e do pessoal abre imensas possibilidades para o exercício da cidadania e revela as limitações da chamada cidadania liberal ou da social circunscrita nos marcos do Estado. Sem deixar de lado a idéia de aprofundamento da cidadania social, civil e política – pois as suas conquistas ainda são parciais (principalmente em tempo de neoliberalismo) – é possível pensar em novas formas de cidadania coletiva que estimulem a autonomia, combatendo o burocratismo; que valorizem o interpessoal e o coletivo; que lutem contra as novas formas de exclusão social, baseadas no sexo, na raça, na perda de qualidade de vida, no consumo, na guerra e que aprofundam a exclusão baseada nas classes sociais. [7]

2. Impasses dos movimentos populares urbano:

os limites para a atuação

Críticas têm sido feitas aos movimentos sociais relacionadas às dificuldades para que indiquem uma perspectiva utópica de transformação da sociedade. Isso ocorreria pela fragmentação de interesses, relacionada à heterogeneidade dos participantes. Por não se tratar de movimento de classe e por envolver amplos setores da sociedade, não consegueria estabelecer interesses

[7]SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit., pp. 263-264.

específicos dentre os participantes, enfraquecendo o movimento. Determinados grupos poderiam contentar-se com a resolução parcial dos problemas, abandonando a luta antes que as demais bandeiras fossem atendidas.

Faz-se, ainda uma outra crítica relacionada à uma noção corporativa de direitos; o que parece contraditório em relação à argumentação anterior, baseada na heterogeneidade dos participantes. Nesse caso, como poderiam defender interesses corporativos? O *corporativismo*, neste caso, refere-se a interesses comuns manifestados por determinados grupos, por mais heterogêneos que possam ser. Movimentos pontuais, como o "Viva Rebouças", na cidade de São Paulo, ao se posicionar contra as intervenções urbanísticas na Avenida do mesmo nome, realizadas na gestão da Prefeita Marta Suplicy, visando a melhoria no tráfego de ônibus, exemplifica uma forma de atuação baseadas em interesses corporativos. O movimento é motivado por interesses muito específicos, de comerciantes da Avenida que temem a queda nas vendas e de moradores de ruas adjacentes, devido ao transtorno provocado pelas obras. Mas, será que é adequado o termo movimentos sociais para denominar estas atitudes contestatórias ou estas mobilizações? Esta denominação é discutível, por se tratar de ações com objetivos bastante particulares, visando a manutenção de regalias ou de privilégios de grupos minoritários, em detrimento de interesses mais amplos.

Outras críticas feitas aos chamados *novos* movimentos sociais referem-se à concepção de se privilegiar a subjetividade, contra a cidadania. Muitos entendem que na verdade movimentos deste tipo são *velhos.* Reproduziriam lutas encetadas no século XIX (movimentos pacifistas, ecológicos, feministas e anti-raciais) e possuiriam modos de organização relacionados às práticas de cidadania. As reivindicações acabariam sempre

sendo feitas ao Estado, portanto dentro do quadro da democracia representativa.[8]

Há ainda outro tipo de argumento contra os movimentos sociais relacionado à facilidade com que são atingidos pelas manipulações populistas do poder público. Em que pese a veracidade da constatação, há também a possibilidade de os participantes, amadurecerem politicamente, junto com o movimento e se tornarem mais críticos e refratários às investidas populistas.

Uma outra crítica refere-se ao *basismo* e atinge principalmente os movimentos influenciados pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica e caracterizados pela recusa às formas de representação política. Os movimentos de caráter basista surgiram, principalmente, durante as décadas de 1970 e 1980, sob o impacto do regime ditatorial. A luta pela autonomia inseria-se no contexto de negação do autoritarismo. Naquele período, principalmente nos anos 1970, os movimentos sociais foram considerados como portadores de novas formas de participação, identificadas em práticas e discursos que enfatizavam a ação e a participação coletiva; a "democracia de base"; a independência e a autonomia frente a instituições e partidos.[9] Atrelar os movimentos às instituições nada democráticas daquele período, ou aceitar a intermediação, ou mesmo o apoio do poder público, seria não só compactuar com o regime, mas aceitar ser manipulado por interesses estranhos ao movimento. A partir da década de 1990, principalmente, os movimentos sociais têm refletido criticamente a respeito desta postura anti-autonomista e têm avançado no sentido de aprender a trabalhar com o poder público, mantendo o distanciamento necessário para não perder a autonomia conquistada com as experiências do passado. O relacionamento desenvolvido pelo Movimento

[8] SANTOS, Boaventura de Sousa,. Op. cit., p. 261.
[9] Telles, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: As lutas Sociais e a Cidade. KOWARICK, Lúcio (coord.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

dos Sem Terra, com o Governo Lula talvez seja um exemplo desse tipo de comportamento.

Contemporaneamente, procura-se relativizar mais o conceito de autonomia, no sentido de avançar nas conquistas, distinguindo-se o limite entre "compactuar" e "atuar conjuntamente de forma crítica".

A possibilidade de instrumentalização das instituições não é contraditória, contudo, à postura basista de certos movimentos sociais, considerando-se a tradição autoritária da sociedade brasileira, corporificada no Estado e nas instituições, que de forma geral atravessam a sociedade. Por isso, é difícil a *construção de um espaço* político, *enquanto espaço público*, que não se dissolva e seja absorvido pelo Estado, tal como tem acontecido na história brasileira. Mas, felizmente, outras refências têm aberto novas possibilidades para se pensar estes dilemas.

Existe, ainda, uma visão empobrecida ou redutora dos movimentos sociais considerando-os localistas, isto é, restritos aos bairros no qual surgiram, onde as "contradições específicas" ou as "condições objetivas" determinariam a natureza destes movimentos. Negam que práticas diferenciadas, baseadas em experiências particulares, devam ser consideradas. Sem dúvida, as condições objetivas mais gerais fundamentam as experiências; mas estas condições não existem fora dos acontecimentos vivenciados que podem contribuir para a sua alteração.

Há, ainda a possibilidade de uma convergência de interesses comuns, com a interação de experiências vividas em lugares específicos, através de ações dotadas de sentido político, construindo uma representação da sociedade e da política, na qual os trabalhadores/moradores aparecem como sujeitos na luta por seus direitos. Os valores compartilhados no campo da experiência podem ser o de liberdade, ou seja, de recusa à situação de opressão vivenciada. Isto se traduz nos mais variados discursos, como: a conquista de uma vida mais digna; a construção de

uma nova sociedade; ou de um novo tipo de partido; ou de um novo tipo de sindicalismo; ou ainda de um poder popular; ou simplesmente, a conquista da democracia.

Os argumentos contra os "localismos", sugerem a possibilidade de isolamento dentro da comunidade. Nesse caso, o conceito de comunidade é entendido de forma muito negativa, relacionando-o ao provincianismo ou paroquialismo, ou ainda à defesa de interesses muito particularizados. Os movimentos permaneceriam imersos no localismo de práticas que se esgotariam na rotina de pressão sobre os órgãos públicos para o atendimento de reivindicações específicas. Isto é, a partir do momento em que as reivindicações fossem atendidas ou se esgotassem as possibilidades de pressão, o movimento tenderia a definhar. Embora isso seja possível, a prática dos movimentos sociais tem mostrado que há uma espécie de retroalimentação de um movimento pelo outro, isto é, mesmo que um grupo deixe de participar, algum tempo depois, o mesmo tipo de demanda cria novas possibilidades de pressão e o grupo que vem a seguir, a partir da experiência do anterior, mesmo que receba esta influência de forma indireta, tem a possibilidade de avançar mais na luta pelos objetivos que inicialmente seriam os mesmos.

Foram estas experiências produzidas pelos movimentos sociais no Brasil, durante os anos 1970, que contribuíram para a socialização da política, com a exigência e o reconhecimento de direitos, construindo-se as referências de uma identidade que articulando experiências diversas, foi elaborada por oposição ao Estado e à realidade instituída.[10]

Esta idéia, entretanto, de sociedade contra Estado, isto é liberdade de um lado e opressão de outro que perpassa os movimentos sociais dos anos 1970 foi muito criticada. Mas, é necessário reforçar a questão política subjacente, pela qual

[10] Telles, Vera da Silva. Op. cit.

"a violência e a exclusão política apareciam como fatos determinantes, de tal modo, que frente ao Estado, visto como pólo opressor comum, a sociedade aparecia como alternativa política, como o lugar no qual o desejo de liberdade poderia alimentar-se e traduzir-se numa ação possível." [11]

A partir dos anos 1980, com a mudança na configuração da experiência social e política, a idéia de autonomia da sociedade frente ao Estado não se sustenta mais teoricamente e se dilui politicamente, dando-se maior importância à atuação político-institucional.

3. A "crise" dos movimentos sociais no Brasil e a afirmação das ONGs

Muitos críticos argumentam que a redemocratização política dos anos 80 no Brasil, explica a **crise dos movimentos sociais**. Outros aspectos são também mencionados, como o recuo da Igreja Católica em relação à orientação e à atuação nos movimentos sociais; o surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) dedicadas a ações relacionadas às políticas públicas; a revalorização da política institucional por parte da intelectualidade; os compromissos com o sistema partidário e com a reforma do Estado assumidos por segmentos de esquerda.[12]

Em termos analíticos, os *pobres* ou o *povo*, presentes nos discursos dos movimentos da década de 1970, deram lugar à *sociedade civil*.

Em termos concretos, a partir dos anos 1990, devido à nova conjuntura política, foi fundada a *Central de |Movimentos Populares* para incorporar todos os movimentos populares: urbanos, de mulheres, de meninos de rua, de negros, de deficientes físicos etc. Abria-se espaço para uma maior atuação das ONGs, tanto as de

[11] Telles, Vera da Silva, op. cit., p. 280.
[12] DOIMO, Ana Maria. Op. cit. , p. 202.

cunho ecumênico como as mais secularizadas, de acordo com as novas modalidades de "administração popular-democrática". Este fato era indicativo da erosão que atingia o campo popular.

"A mudança do perfil das ONGs não é circunstancial. Se nos anos 70/80, as palavras chaves eram 'educação popular' e 'direitos humanos', nos anos 90 passaram a girar em torno da ecologia, da democratização, das diferenças inerentes à sociedade civil, da diversidade cultural e, enfim dos direitos de cidadania. [13] Esta referência da autora pode remeter aos ideais relacionados à cidadania civil e política ou ao fortalecimento da subjetividade em detrimento da cidadania social, conforme o paradigma dos *novos movimentos sociais.*

Em suma, os movimentos populares foram, gradativamente, e sem muitos traumas, adaptando-se aos novos tempos, principalmente o movimento popular urbano. As ambigüidades internas facilitaram a transição. As posturas de caráter mais negativas ou radicais foram facilmente dissuadidas, realçando-se a linguagem dos direitos, relacionados à cidadania. Mesmo movimentos como os dos sem-teto, que continuam praticando ações mais radicais – como as ocupações de prédios vazios – elaboram um discurso mais articulado com a ordem democrática, reivindicando direitos relacionados à justiça social e à cidadania.

A questão da cidadania passa agora a ser tratada no âmbito dos direitos humanos, isto é, relacionada à possibilidade democrática de acesso a bens e à participação social e política: trata-se da cidadania civil, política e social. Supõe uma sociedade civil forte e organizada, capaz de conquistar e instituir direitos, cabendo ao Estado o papel de consolidá-los sob a forma de tribunais de justiça, organismos de representação política e sistemas educacional, assistencial e previdenciário.

[13] DOIMO, Ana Maria, op. cit. p. 209.

Entretanto, há uma contradição: as demandas não estão muito sintonizadas com os novos tempos. A crescente perda, por parte do Estado, de sua capacidade provedora, impede-o de assumir as funções que os novos movimentos sociais exigem. Por isso, ocorrem pressões, não só para a conquista de direitos, que determinados grupos socialmente excluídos jamais tiveram, mas também, para a restituição de direitos historicamente consolidados.

Nunca houve, no Brasil, uma esfera pública suficientemente consolidada e, em vez de cidadania plena, tivemos uma burocracia forte e poderosa, um sistema representativo frágil, uma sociedade civil marcada pela desarticulação social e, por conseguinte uma cidadania "regulada" ou "concedida".[14]

Quanto às ONGs,s grandes ou pequenas, elas, de uma lado, demonstram a mesma tendência: a de um espaço autônomo de atuação em relação à lógica das empresas, dos partidos, das igrejas; deixando de simplesmente assessorar e apoiar os "grupos de base". Contribuem para o fortalecimento da sociedade civil, para que possa influir nas políticas públicas, ampliando-se os espaços de participação da sociedade.

As intervenções tornaram-se melhor qualificadas e mais especializadas, com estratégias, critérios e procedimentos administrativos-financeiros mais claros. Um exemplo clássico dos anos 1990 foi a *Campanha Contra a Fome e pela Vida* do Betinho[15] que trabalhou a conscientização da população brasileira, conseguindo uma grande mobilização e solidariedade, além de ter politizado a questão da fome.

As ONGs são organizações "privadas porém públicas", compondo uma espécie de "terceiro setor" entre o

[14] DOIMO, Ana Maria. Op. cit. p. 215.

[15] Herbert de Souza, o Betinho, exilado político durante os anos de Ditadura e que de volta ao Brasil, nos anos 80, hemofílico, é infectado logo depois de seu regresso pelo vírus da AIDS. Morto em 199? , deixou como legado o retumbante sucesso de sua *Campanha Contra a Fome e Pela Vida*.

Estado e a sociedade civil, visando a produção de bens e serviços públicos. São instrumentos para a organização da sociedade em um mundo altamente fragmentado pela globalização perversa. Através delas há a possibilidade de resgate dos valores locais, territorializados, identitários e de alteridade, desenvolvendo-se laços de solidariedade, que se contrapõem à lógica racional-competitiva, organizada em torno dos grupos hegemônicos.

Mas, por outro lado existem problemas, como o da autonomia. O Banco Mundial e a Fundação Ford, por exemplo, têm aumentado a sua participação no financiamento de projetos. Mas, a liberação de recursos vincula-se aos temas de interesse destas agências, que viram "temas da moda". Durante a década de 1990 o tema preferido foi o do "desenvolvimento auto-sustentado", com exigências de maior racionalidade no uso dos recursos e "resultados concretos das ações".

Há ainda problemas relacionados à gestão e ao controle em relação ao uso dos recursos recebidos. A legislação vigente, excessivamente burocrática, tem dificultado a forma de prestação de contas e de controle, não só pelo poder público mas também pelas instituições que financiam determinados projetos. São problemas que remetem novamente à questão da autonomia; argumento utilizado por aqueles que são contra a qualquer tipo de fiscalização, vista como intervencionista.

- **Dificuldades da última década**

A transição democrática conservadora - considerada a **transição possível** – feita através de um pacto com as elites, sob a influência do neoliberalismo como política econômica mundial, trouxe conseqüências sociais desastrosas, pela imposição de planos de ajuste estrutural que afetaram os mais amplos setores da sociedade. Houve aumento da pobreza, crescimento das desigualdades, desmantelamento dos serviços públicos, desemprego,

falências de pequenas empresas, precariedade das condições de trabalho e aumento do setor informal.

Sob os efeitos desta conjuntura, os movimentos sociais tradicionais que lutavam por moradia ou por equipamentos coletivos enfraqueceram-se. Os sindicatos recuaram para posições defensivas e reivindicações imediatistas. É neste quadro que se fortaleceram os chamados novos movimentos sociais, relacionados aos direitos universais: movimento de gênero, de homossexuais, étnicos, etários, culturais. Posicionam-se, também, contra as políticas neoliberais: privatizações, precariedade no trabalho, salários.

Este posicionamento levou os movimentos organizados a apoiarem o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) para a Presidência da República, votando majoritariamente nele, em que pese a tradicional desconfiança em relação aos partidos políticos por parte desses movimentos. Em relação ao PT, parece estar ocorrendo no Brasil o mesmo que já aconteceu em outros países da América Latina, quanto à institucionalização política dos movimentos sociais:

"Alguns movimentos se institucionalizaram como partido político sob diversas formas, como os Sandinistas na Nicarágua, Lavalas no Haiti, o PT no Brasil, a Frente Farabundo Marti em El Salvador. Essas experiências raramente foram convincentes em relação a um verdadeiro projeto alternativo, provando que a articulação entre a esquerda social e a direita política não é uma operação fácil. A lógica eleitoral bem depressa impõe compromissos políticos que afastam os partidos ou seus candidatos de seus objetivos mais radicais. As mudanças de atitude do PT brasileiro durante a última campanha presidencial, em relação à dívida do Terceiro Mundo ou à Alca, é eloqüente sobre o assunto." [16]

[16] CLACSO e CETRI. A Marica Latina. In: *Mundialização das Resistências: O estado das lutas 2003*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 165.

Hoje, os movimentos sociais deparam-se com alguns caminhos: O primeiro tem a ver com o pragmatismo, isto é, contentar-se com vitórias temporárias e parciais. Outro, é lutar por uma transformação radical da sociedade. E ainda há a possibilidade de articulação da esfera da política com a da sociedade civil, isto é, da democracia representativa com a da democracia participativa, como um caminho para a construção de uma nova sociedade.

4. Democracia participativa: novas formas de gestão - conselhos populares e orçamento participativo

Com o amadurecimento dos movimentos populares desde os anos 70, a busca por cidadania e a participação institucional foram sendo valorizadas; como exemplo podemos citar os *conselhos setoriais* para auxiliar a implementação de políticas sociais ou o chamado *orçamento participativo*, para a definição de políticas públicas mais gerais.

Estas possibilidades significam a conquista de *direitos sociais e civis* através dos dispositivos de *participação democrática*, como ocorreu com a aprovação da lei de Reforma Urbana, proposta por uma ampla coalizão de mais de 40 entidades populares, organizações profissionais e ONGs.

Ainda em relação aos *direitos sociais*, pode-se enfatizar a abertura de canais para maior democracia na gestão municipal e a criação de um fundo nacional para a construção de moradias populares. Na área de saúde, os movimentos populares contribuíram para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) objetivando a descentralização dos serviços e a participação da comunidade através de um sistema de “conselhos”.

Diversas alternativas para a participação popular têm ocorrido no âmbito do poder local. Talvez a mais popular seja a experiência do “orçamento participativo”, baseada nos

seguintes princípios: maior eficácia da máquina administrativa pela proximidade com o cidadão; transparência das informações; debates entre interesses e projetos diferenciados; escolha de prioridades mediante participação direta e semidireta: co-responsabilidade entre governo e sociedade, na definição e na partilha das decisões de poder; e, cooperação na execução e na fiscalização da implementação de tais decisões. O orçamento participativo envolve uma atuação cidadã que atravessa a estrutura de classes e a de poder, inserindo no processo decisório grupos de interesses e redes horizontalizadas de solidariedade. Mas, para que esta experiência não seja inócua ou contaminada pelos vícios e limitações da política tradicional, deve observar as regras de convivência entre a participação direta e a representação parlamentar e possuir critérios para classificar os interesses segundo uma escala de prioridades, para que o exercício de retórica ou a força política não contemplem interesses corporativos ou clientelistas.

Quanto aos *direitos civis,* e que neste caso confundem-se com os *sociais*, a atuação do "Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua" (MNMMR) é digna de destaque. Encontros foram realizados com meninos de rua de todo o país para discutir as suas necessidades e expectativas, para amadurecer o conhecimento desta cruel realidade. Finalmente, foi aprovado em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente, codificando o direito dos menores e definindo as responsabilidades dos adultos e as do Estado. O movimento foi, ainda, fundamental para a elaboração de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes, como também para definir os instrumentos legais para coibir o trabalho infantil, os maus tratos infringidos aos menores, o preconceito e discriminação relacionados à cor da pele, à cultura ou à situação econômica.

No entanto, é necessário que se frise as dificuldades para a implementação de políticas que

realmente atinjam os interessados, revertendo a situação de carência. A prática de gestão pública através de assessorias, de conselhos técnicos, científicos, populares etc., encontra diversos obstáculos. O primeiro é político, relacionado às possibilidades de conciliar interesses contraditórios: as negociações são sempre muito complexas e esbarram com os interesses e compromissos da administração pública que nem sempre são os mesmos dos interessados. O segundo, que não deixa de ter o seu lado político também, é o orçamentário. O resultado final, sempre dependerá da correlação de forças políticas, isto é, da força que cada grupo de interesses tem de influenciar direta ou indiretamente nas políticas públicas. Portanto, somente a partir de um maior envolvimento da sociedade civil poderá ser revertida esta situação de perversidade.[17]

5. Alternativas para a democracia renovada

Na falta de um termo melhor para denominar a sociedade que esta por vir, isto é, a ser construída a partir das *utopias* do presente, alguns autores usam a expressão "pós-capitalismo", pois não se trata de uma sociedade capitalista já que a lógica do capitalismo está sendo questionada, isto é, a de uma economia centrada em si mesma ou em uma atividade capaz de gerar o máximo de lucro, em detrimento de uma vida fundada em valores não materialistas, mais igualitária em uma democracia renovada. E nem se trata, também, de uma sociedade socialista ou comunista, pelo menos não como aquelas do chamado "socialismo real".

No pós-capitalismo[18], a economia permitiria assegurar as bases materiais do bem estar físico e cultural do conjunto dos seres humanos. O mercado seria apenas uma relação social.

Dentre os adeptos, deste chamado pós-capitalismo há divergências muito grandes. Por exemplo, alguns

[17] DOIMO, Ana Maria. Op. cit. pp. 217 e 218.
[18] AMIN, Samir e HOUTART, François. Op. cit.

pertencem a uma esquerda revolucionária que objetiva a tomada do poder para transformações rápidas e radicais; outros, ainda pregam o retorno às soluções soviéticas. A maioria, no entanto, admite a idéia de que a transição para um modelo alternativo de economia é um processo de longo fôlego. Este grupo reúne desde pensadores marxistas de diversas tendências até intelectuais de esquerda de diferentes origens.

Trata-se, sem dúvida, de uma visão utópica, que não é sinônimo de algo irrealizável, de uma ilusão, mas de um projeto mobilizador, enraizado no real. O projeto, a longo prazo, é relacionar fortemente a economia à sociedade.

Polanyi utiliza este enfoque em uma análise muito esclarecedora da sociedade capitalista. Argumenta que o capitalismo "desencrava" a economia da sociedade, liberando-a para a acumulação e a concentração de capitais, absolutizando-a, como se estivesse acima e liberada dos outros aspectos da vida em sociedade, funcionando de forma tecnocrática, como um fim em si mesma. Por isso esse autor conclui pela superioridade moral do socialismo sobre o capitalismo. [19]

A reação ética em relação os abusos do capitalismo identifica os mesmos agentes econômicos atuando no chamado "capitalismo civilizado" e no "capitalismo selvagem", ao Sul e ao Leste da Europa, como na América Latina.

É por isso que esses autores usam a expressão "outra mundialização", a das resistências e das lutas. Milton Santos fala da necessidade de uma "outra globalização", a dos pobres, dos grupos subjugados, para fazer frente à "globalização" do capital, dos grupos hegemônicos. Com a "globalização perversa" ocorre a fragmentação dos movimentos populares ou das organizações de defesa dos direitos diversos. A multiplicidade dos movimentos contemporâneos exige que se pense nas *convergências*,

[19] POLANYI, Karl.

para superar a pulverização ou a atomização. Daí a necessidade da convergência de interesses e de ações, como por exemplo, a experiência do Fórum Social Mundial.

"O progresso tecnológico e as questões ecológicas também têm seu lugar na visão pós-capitalista. O primeiro não aparece como um fim em si, menos ainda como um meio de maximizar o lucro, mas como um meio de melhorar o destino dos seres humanos sobre o conjunto do planeta.(...) Quanto aos fatores ecológicos, são objeto de uma atenção particular, (...) o princípio da precaução exige que a utilização da natureza escape à lógica da mercadoria e se inscreva num quadro que hoje só pode ser mundial"[20]

Os Fóruns Mundiais indicam esta possibilidade. Desde 1999, com *o Outro Davos*, e depois Seatle e a construção do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Em 2001 foram reunidas 20 mil pessoas e 700 organizações. Em 2002 foram 60 mil pessoas e mais de mil organizações, de 130 países, surgindo a necessidade de fóruns continentais, regionais e nacionais. O primeiro foi o da África, em 2002; depois houve outro latino-americano, em Quito; o europeu, em Florença e o asiático, na Índia. No plano regional, ocorreram o fórum amazônico e o mediterrâneo. Todos em 2002.

Estas alternativas surgem das críticas que deslegitimam o *capitalismo real* em busca de alternativas. Na medida em que se acredita que não há alternativas temos a acomodação, ou seja, se nada adianta, porque fazer alguma coisa? A situação está definida previamente.

Propõe-se a inversão da lógica capitalista, para estabelecer novas regras no funcionamento da economia: substituir a noção de lucro pela de necessidade e a de consumo como objetivo pela de consumo como meio; coletivizar a propriedade dos principais meios de produção; aprofundar a democracia, transformar o estado em um

[20] HOUTART, François. Os projetos e os níveis de alternativas. In: AMIN, Samir e HOUTART, François, op. cit. p. 383.

órgão técnico para não continuar como um instrumento de opressão.[21]

Eis alguns temas para os movimentos sociais (não especificamente urbanos) que se colocam contemporaneamente:

1. Lutar pela recuperação da soberania ante o poder transnacional para o restabelecimento, por exemplo, da segurança alimentar e a utilização dos recursos locais para o bem estar das populações. Faz parte deste leque de lutas: ações contra as privatizações; a favor da regionalização das economias, contra a integração à economia norte-americana através do projeto de zona de livre comércio (ALCA).

2. Lutar por novas formas de produção, mais democráticas e menos ligadas ao mercado capitalista.

3. Lutar por uma democracia participativa, através de uma cidadania múltipla e ativa, propulsora de transformações sociais. Neste rol tem-se as experiências de gestão política das cidades.

4. Lutas ecológicas e culturais; para a melhoria da qualidade de vida, pelo respeito ao meio ambiente, pela autonomia cultural.[22]

Boaventura Santos associa as novas formas de luta, ou os *novos movimentos sociais,* a um novo socialismo ou a um movimento transclassista. De um lado, os objetivos são definidos em função da humanidade em seu conjunto e de outro é a subjetividade que se afirma. Na América Latina isso assume também um caráter popular.

São estas as questões contemporâneas. Faz-se necessária uma reflexão sobre o capitalismo mundial, sobre a relação capital-trabalho, afetando questões como a desregulamentação do trabalho, a subempreitada etc, além disso as economias locais têm se submetido à

[21] HOUTART, François. Op. cit.
[22] CLACSO e CETRI. A América Latina. In: AMIN, Samir e HOUTART, François, op. cit. pp. 169-170.

mundialização capitalista que afeta grupos sociais cada vez mais numerosos. Cada vez, mais setores são atingidos pela lógica do mercado (serviços públicos, educação, saúde, pequenos camponeses), seguida pela pressão das privatizações e por numerosos mecanismos indiretos de drenagem da riqueza por grupos sociais privilegiados.

O regresso do princípio do mercado nos últimos 30 anos representa a revalidação social e política do ideário liberal e, conseqüentemente, a revalorização da subjetividade em detrimento da cidadania. O capital aproveita e distorce algumas das reivindicações dos movimentos contestatórios dos últimos 30 anos.

"A aspiração de autonomia, criatividade e reflexividade é transmutada em privatismo, dessocialização e narcisismo, os quais, acoplados à vertigem produtivista, servem para integrar, como nunca, os indivíduos na compulsão consumista." [23]

Em síntese, os novos movimentos sociais são uma referência central para se pensar a emancipação, a partir de uma *nova teoria da democracia* que permita reconstruir o conceito de cidadania, uma *nova teoria da subjetividade*, que permita reconstruir o conceito de sujeito e uma *nova teoria da emancipação* que não seja mais que o efeito teórico das duas primeiras.

Para isso, fica a sugestão para a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa, através de uma redefinição e ampliação do campo do político, que esclarecerá formas novas de opressão e de dominação. Isto será possível com a "repolitização global da prática social". Politizar significa identificar relações diferentes de poder e agir para transformá-las em relações de autoridade partilhada. Estas relações diferenciadas de poder ocorrem no espaço doméstico, no espaço da produção, no espaço da cidadania e no espaço mundial.

[23] SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit. p. 255.

A emancipação pressupõe a compreensão do mundo no qual ela se insere. O sistema mundial é um *sistema industrial capitalista transnacional* que integra tanto setores pré-industriais como setores pós-industriais.

A emancipação pressupõe o vislumbre de uma utopia. *"A idéia de socialismo foi libertada da caricatura grotesca do 'socialismo real', e está assim disponível para voltar a ser o que sempre foi: a utopia de uma sociedade mais justa e de uma vida melhor..."*

A emancipação tendo em vista o socialismo, enquanto futuro, não é mais do que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. Seu sentido político é a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social. Boaventura diz que *o socialismo é a democracia sem fim.*

Será tão adjetivado quanto for exigido pelas lutas democráticas. Será ecológico, feminista, antiprodutivista, pacifista, anti-racista. Quanto maior for o esclarecimento das opressões e das exclusões, maior será o número de adjetivos. Revaloriza o princípio da comunidade e o da igualdade, sem mesmice, da autonomia e da solidariedade, produzindo uma nova cultura. [24]

[24] SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit.